

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

CPI - ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA SAÚDE

28.08.2018

CPI - ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA SAÚDE

28.08.2018

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Bom dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato nº 17, de 2018, com a finalidade de apurar denúncias de irregularidades nos contratos celebrados com as organizações sociais de Saúde pelas prefeituras do estado de São Paulo e pelo Governo do Estado de São Paulo.

Registro com muito prazer a presença dos nobres deputados Cássio Navarro, Marco Vinholi, Carlos Neder, Barros Munhoz, Wellington Moura e este deputado na Presidência, Edmir Chedid.

Solicito à secretaria a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - É regimental a solicitação de Vossa Excelência. Está dispensada a leitura da Ata da reunião anterior.

Comunico a V. Exas. que a representante do Tribunal de Contas do Estado hoje é a Sra. Marcela Pégolo da Silveira, servidora da 10ª Diretoria de Fiscalização.

Dando continuidade aos trabalhos, Item 1, apreciar requerimentos constantes da pauta. São dez itens.

Item 1 - Requerimento nº 88, datado de 13 de julho de 2018, do nobre deputado Carlos Neder. Requer a convocação do Sr. Mário Auler, secretário de Administração da Prefeitura de Amparo, com o objetivo de prestar informações e esclarecimentos sobre os procedimentos afetos aos chamamentos públicos, contratos, execução e fiscalização dos contratos celebrados entre o município de Amparo e as organizações sociais para gestão de serviços de Saúde, em especial sobre a contratação do Grupo de Apoio à Medicina Preventiva e à Saúde Pública - Gamp, bem como outros assuntos pertinentes ao objeto da CPI.

Em discussão.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Foi-me solicitado que apresentasse documentos que comprovassem as minhas afirmações de que a chamada OS em questão não foi contratada como OS pela Prefeitura de Amparo, o contrato já tinha sido extinto, a convocação não é possível no caso do servidor Mário Auler. Enfim, que não era objeto desta CPI qualquer questionamento ao Sr. Mário Auler.

Eu gostaria de saber se há uma manifestação a respeito desse meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Excelência, eu estou respondendo aqui, as informações que V. Exa. buscou são importantíssimas, mas eu quero fazer um relato aqui a Vossas Excelências.

“Prezado nobre deputado Barros Munhoz, prezados deputados membros da CPI das organizações sociais de Saúde, em atenção ao ofício do nobre deputado Barros Munhoz, datado de 14 de agosto 2018, após determinar a avaliação das argumentações ali lançadas, teço as seguintes considerações:

1 - Sobre a não possibilidade de convocação do Sr. Mário Auler por não ser ele servidor público, após consultar a douta procuradoria, esclareço não haver impedimento para tal convocação, uma vez que a CPI tem prerrogativa para convocar pessoas que sejam servidores públicos ou não. Esclareço, ainda, que em nenhum momento essa CPI deliberou sobre restringir as possibilidades de buscar informações a ela pertinentes. Segundo o plano de trabalho aprovado na reunião de 10 de abril de 2018, é possível a realização de audiências para a oitiva das partes envolvidas e representantes das organizações sociais de Saúde citadas em denúncias de testemunhas, servidores, autoridades, representantes do poder público, órgãos de acompanhamento e controle, sindicatos e conselhos profissionais da área de Saúde, órgãos colegiados de representação, órgãos de defesa do consumidor, mídia, imprensa e outros grupos de interesse que possam contribuir com as informações acerca do objeto investigado.

Assim, conluo que qualquer pessoa, servidor público estadual ou municipal, ou ainda pessoa que não componha os quadros públicos, possa ser convocada ou convidada para prestar informações pertinentes ao objeto dessa CPI.

2 - Sobre o Gamp ser uma organização social, mas não ter participado da licitação para fornecer médicos para equipamentos de saúde municipais de Amparo nas condições de OS, em que pese tenha ficado claro que o Contrato nº 405/2014 celebrado entre a Prefeitura de Amparo e o Gamp não seja um contrato de gestão, resta evidente que o Gamp atua na área de Saúde e é entidade qualificada como organização social em

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

diversos estados e municípios, além de ter recebido destaque na imprensa por diversas denúncias de irregularidades em contratos de gestão celebrados com o setor público.

Desta forma, é absolutamente justificável que essa CPI queira ouvi-la, tanto que requerimento nesse sentido já foi deliberado e aprovado por esse colegiado na reunião de 14 de agosto de 2018.

3 - Sobre o terceiro item do ofício epigrafado, vale informar que consultando o site do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, diferente do que foi equivocadamente informado pelo nobre deputado Barros Munhoz, a Corte de Contas Estadual ainda não julgou o processo que trata da contratação celebrada entre o Gamp e a Prefeitura Municipal de Amparo.

O Contrato nº 042/2015 - Pregão Presencial nº 132/2014, que cuida da prestação de serviços médicos especializados para o atendimento na Rede de Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Amparo aguarda julgamento nos autos nº TC001197698918-6. O relator é o nobre conselheiro Dr. Antônio Roque Citadini, que no dia 10 de agosto de 2018 determinou a notificação das partes para complementação de instruções e após retorno dos autos à assessoria técnica jurídica e ao Ministério Público de Contas - despacho publicado em 11 de agosto de 2018 - constam nos autos do processo que tramita junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo apontamentos de irregularidades durante o processo de licitação.

Por oportuno, o objeto dessa CPI alcança os contratos das organizações sociais com municípios do estado de São Paulo. Tanto é assim que temos duas sub-relatorias designadas para os contratos com as organizações sociais de Saúde que atuam junto à Capital e aos demais municípios de São Paulo. Isto em razão de termos as mesmas organizações sociais que contratam com o estado atuando junto aos municípios, podendo esses contratos refletir, por exemplo, no rateio de despesas administrativas entre diferentes esferas de governo, bem como expôs o presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo quando compareceu a essa CPI.

Além disso, considerando que a CPI pretende construir proposta de aprimoramento da legislação que disciplina os contratos de gestão com as organizações sociais, prevendo normas gerais que se aplicarão também aos municípios no que couber, é imperioso que essa CPI conheça a realidade do contexto municipal em que os contratos para prestação de serviços de saúde são celebrados.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

Não podemos afastar ainda que o requerimento de constituição ou ato da criação da CPI, cujo inteiro teor transcrevo abaixo, alcançou também a esfera municipal”. E aí consta o requerimento que todas V. Exas. têm notícia.

“4 - Sobre o Sr. Mário Auler não ter nada a ver com o contrato supracitado, na verdade consultando os autos do processo que tramita junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo constatamos que o Sr. Vicente Mário Martini Auler figura sim em várias fases da instrução do processo de contratação do Gamp em Amparo. À época secretário de Administração do município, foi Mário Auler que encaminhou o pedido de autorização de abertura do certame ao prefeito, bem como foi ele que designou o pregoeiro e a equipe de apoio que conduziram o procedimento e julgaram o pregão.

Além disso, os aditivos do contrato celebrados em 2016 e 2017 foram também por eles assinados na qualidade de testemunha. Quanto ao Sr. Hélio Favoretto, então secretário de Arte, Lazer e Cultura, que respondeu cumulativamente pela Secretaria de Saúde no período de 5 de janeiro a 6 de março de 2015, tendo assinado o referido contrato na condição de testemunha como já havia me declarado, não me oponho à convocação também desse senhor, tanto que mesmo apresentei o requerimento neste mesmo propósito.

5 - Finalmente, sobre a sugestão de investigar o contrato da gestão do AME de Amparo, lembro que é prerrogativa de qualquer um dos membros dessa CPI apresentar requerimentos para convocações, convites, requisições, documentos, informações e outras propostas nos termos da Lei Estadual nº 11.124/12, que disciplina a atuação da CPI do Regimento Interno e o plano de trabalho aprovado. São Paulo, 22 de agosto de 2018”.

Constam documentos que a assessoria foi buscar do Tribunal de Contas. O instrumento de processo licitatório que já citamos. O interessado é a Secretaria de Saúde. Solicitado pela senhora Michele Câmara Rosin, que era secretária de Saúde do município de Amparo e hoje é presidente da Gamp.

Também, a solicitação do senhor secretário Vicente Mário Martini Auler, secretário de Administração, solicitando, ao senhor gabinete, autorização para abertura da licitação, na modalidade pregão presencial, referente à contratação de empresa especializada em prestação de serviço médico para atendimento na rede de atenção básica. Sendo que o valor estimado é de 4 milhões e 675 mil.

O secretário de Administração Vicente Mário Martini Auler designou, através da Portaria nº 1 de 2012, de 8 de maio de 2012, para atuar como pregoeira, a servidora

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

Diane Helena Bortolotti. Autoriza o processo licitatório no termo de contrato, que é o objeto. Assina este contrato, em 16 de janeiro de 2015, o prefeito interino, Celso Manzolli; pela contratada, Breno Souto Santos; como testemunha, Magda Tereza Bellix; como testemunha número 2, Antonio Helio Favoretto.

Existe também, no cadastro, um responsável pela assinatura do contrato, que é o diretor do Departamento de Suprimentos. Outro documento é o termo de ciência de notificação.

Também o termo de aditamento de contrato, em 15 de janeiro de 16, assinado pelo prefeito Luiz Oscar Vitale Jacob. Como testemunhas: primeiro, Vicente Mário Martini Auler; e a segunda testemunha, Maria Silvia Bergo Guerra. Outro aditamento, nº 2, de 17 de janeiro de 17, assinado pelo prefeito Luiz Oscar Vitale Jacob. Como primeira testemunha, Vicente Mário Martini Auler; e Maria Silvia Bergo Guerra. Aditamento nº 3, assinado em 17 de abril de 17 pelo prefeito Luiz Oscar Vitale Jacob; pela contratada, Brayan Souto Santos; primeira testemunha, Vicente Mário Martini Auler; segunda testemunha, Maria Silvia Bergo Guerra.

Despacho de rescisão unilateral. Houve uma rescisão unilateral do contrato administrativo tendo como objeto a prestação de serviço, assinado pelo prefeito Luiz Oscar Vitale Jacob.

Temos aqui uma matéria do Rio Grande do Sul: “Auditoria aponta problemas na prestação de contas da empresa que administra unidades e hospitais de Canoas. Entidade vai receber quase R\$ 1 bilhão em cinco anos. Ministério Público investiga o Grupo de Apoio à Medicina Preventiva e à Saúde Pública (Gamp). Gamp administra uma UPA, quatro UBSs e dois hospital de Canoas.”

Temos aqui toda a relação: atraso de salário, atraso de fundo de garantia, atraso de salário dos senhores funcionários. Temos aqui uma matéria... Também se fala em cabides de emprego, pela matéria. Prefeitura de Canoas. “Justiça suspende processo seletivo de terceirizada da saúde em Aparecida.” Todas relativas à Gamp. Contrato de 14 milhões em Aparecida. Há todo um material que eu trago. Deixo à disposição dos senhores para que possa informar aos senhores deputados e que eles possam apreciar os requerimentos que estão na pauta. É isso.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Solicito o prazo de uma semana para analisar esse documento tão brilhantemente elaborado por V. Exa., que se preocupa

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

muito mais com a prefeitura de Amparo do que com a atuação do André da Captiva aqui na Assembleia Legislativa de São Paulo. Mas eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Não entendi, Excelência. Se puder me explicar.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Depois o senhor pergunta para algumas pessoas que possam te esclarecer.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Mas é V. Exa. que está falando.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não, não. Depois o senhor pergunta. Todo mundo, aqui na Assembleia, entendeu. Todo mundo, aqui na Assembleia Legislativa de São Paulo, entendeu. Vossa Excelência está muito preocupado com Amparo. Eu sei por quê. Vossa Excelência teve 3 mil votos. Eu tive 13. Eu sei por quê.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Estou preocupado é com a Gamp, Excelência.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Esse contrato foi cancelado, porque tinha irregularidades, pela Prefeitura Municipal de Amparo. Vossa Excelência está trazendo para cá questões políticas de Vossa Excelência. Assim como V. Exa. está trazendo, hoje, um requerimento do prefeito de Guarulhos, para atingir a pessoa de quem V. Exa. falou na semana passada, que é o Gustavo Sartori, seu desafeto político em Bragança Paulista. Vossa Excelência está “mimimizando” essa CPI. Ela tinha uma nobre missão: detectar falhas na classificação, na convocação, na celebração de contratos. E verificar...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Vossa Excelência me dá um minuto?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pois não.

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Para ter a oportunidade. Há um senhor, ali atrás, de barba, se puder olhar. Não precisa se esconder não. Venha aqui, por gentileza, o senhor mesmo. Está atrás. Esse senhor estava no corredor - acho que representa o prefeito de Guarulhos - ligando para todos os deputados, para que esse requerimento...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O que tenho que ver com isso?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Estou só informando, Excelência.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Mas o que eu tenho que ver com isso?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Estou informando Vossa Excelência! Estou informando aqui.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Mas o que eu tenho que ver com isso? Eu não tenho nada a ver com Guarulhos! Vossa Excelência também não tem nada a ver com Guarulhos!

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Estivemos lá e fomos maltratados pelo poder público, Excelência. Fomos maltratados por toda a equipe do senhor prefeito.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Só quero analisar esse documento por uma semana.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Excelência, sem dúvida nenhuma, fica à sua disposição. Tem a palavra, em primeiro lugar, o deputado Cezinha de Madureira.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Para o bom andamento desta CPI, para que se acalmem os nervos, peço vistas dos itens 1 e 2.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Fica concedida vista à V. Exa., e uma semana ao deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não, eu não pedi vista.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Os dois estão pedindo.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Eu quero pedir vista.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Vossa Excelência pede vista, eu não. Eu quero analisar a resposta que V. Exa. deu.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Excelência, estou dizendo o seguinte: fica concedida vista ao Cezinha porque é regimental. E uma semana concomitante a V. Exa. para que possa analisar o material.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Perfeito, obrigado.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Sem problema. Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder, que pediu na sequência.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Sr. Presidente, acho que a solução encontrada é adequada. Nada mais justo que o deputado Barros Munhoz possa analisar esses documentos.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Obrigado, Excelência. Tem a palavra o nobre deputado Marco Vinholi.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Não quero entrar no meandro específico desse caso, mas, desde o início da CPI, temos convocado questões municipais. Entendo que os recursos do Estado vão para os municípios, recursos da Saúde.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Só um aparte, deputado. Sempre, quando o convênio envolve recursos do Estado. Nunca, em um convênio como este, que não tem

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

nada de gestor. Foge completamente à alçada. Aliás, estamos querendo nos antecipar ao julgamento do Tribunal de Contas. Foi averiguado, aqui, um processo que está em andamento no Tribunal de Contas. Isso é uma barbaridade!

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Concedido o aparte, e continuando. Não fizemos juízo de mérito em nenhuma das convocações feitas aqui. Respeito o deputado Barros, respeito o deputado Edmir. Está posta a vista.

Mas que continuemos convocando, aqui, quem quer que seja, de município, do Estado, ou que essa CPI queira investigar.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Eu gostaria de propor que déssemos continuidade à análise dos requerimentos. Temos a presença do ex-secretário municipal de Saúde, doutor Fernando Proença de Gouvêa. Acho que deveríamos ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pois não, Excelência. Vamos dar sequência ao requerimento. O item 1 foi retirado da pauta, como já explicitado anteriormente.

Item 2, de 20 de agosto de 2018, de minha autoria.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Dos itens 1 e 2, eu pedi vista.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Eu não havia entendido, Excelência. Fica concedida vista à V. Exa. pelo prazo regimental.

Item 3, de 10 de agosto de 2018, de autoria minha e do nobre deputado Carlos Neder. Solicito ao vice-presidente desta CPI, o deputado Wellington Moura, já que se trata de um requerimento, também, de minha autoria, que conduza os trabalhos da votação desse requerimento.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Wellington Moura.

* * *

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Item 3, de autoria dos deputados Carlos Neder e Edmir Chedid, Requerimento nº 91/2018 - Requer a convocação do Dr. Luiz Mario Pereira de Souza Gomes, presidente da Fundação do ABC - FUABC, ou da Sra. Adriana Berringer Stephan, vice-presidente, caso esteja respondendo pela presidência, bem como dos gestores/diretores indicados pela FUABC, responsáveis pelos contratos de gestão do Hospital Municipal Dr. Radamés Nardini, em Mauá; e do Hospital Estadual Mário Covas, em Santo André, com o objetivo de prestarem informações e esclarecimentos sobre as unidades supracitadas, além de outros assuntos pertinentes ao objeto desta CPI.

Em discussão...

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Só para... O presidente da Fundação ABC ainda é o Luiz Mario? Ou agora é o doutor David Uip? Vossa Excelência tem essa informação?

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Havia um pleito do ex-secretário David Uip, de que ele fosse o presidente da Fundação. Entretanto, foi julgado irregular. Ele não poderia acumular a Diretoria da Faculdade de Medicina do ABC e a Presidência da Fundação, razão pela qual ele não é o presidente.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Eu questiono porque amanhã ele deve estar nessa CPI e pode ser questionado pelas questões da Fundação ABC.

Temos um calendário curto...

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Na verdade ele não cumpre essa função na fundação. Ele responde pela faculdade.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Ele não toca os contratos da Fundação ABC? Perfeito. Então está sanado o meu questionamento.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

Item 4 - Requerimento nº 92/2018, de autoria dos deputados Carlos Neder e Edmir Chedid. Requer a convocação do Sr. João Paulo Baptista Campi, ex-coordenador da Coordenadoria de Gestão de Contratos da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e sócio da empresa Duosystem Tecnologia e Informática LTDA., que detém contrato com a Central de Regulação de Oferta de Vagas nos Serviços de Saúde - Cross do estado de São Paulo, com o objetivo de prestar informações e esclarecimentos sobre assuntos pertinentes ao objeto desta CPI.

Em discussão.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Peço vista do item 4.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Concedido o pedido de vista.

Item 5 - Requerimento nº 95/2018, de autoria do deputado Marco Vinholi. Requer que seja convidado o Sr. Danilo Druzian Otto, coordenador de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde (CGCSS) da Secretaria de Estado da Saúde, para prestar esclarecimentos sobre contratos celebrados entre o governo do estado de São Paulo e as prefeituras municipais.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Solicito vista desse item.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Concedido o pedido de vista.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Peço vista conjunta.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Concedido o pedido de vista conjunta.

Item 6 - Requerimento nº 96/2018, de autoria do deputado Marco Vinholi. Requer que sejam convidados os seguintes representantes da OSCIP Adesaf (Associação de Desenvolvimento Econômico Social às Famílias): Sra. Nayene Ponte do Carmo, atual presidente da ONG, e a Sra. Fernanda Adelaide Gouveia, fundadora e ex-presidente, atualmente presidente da Univesp (Universidade Virtual do Estado de São Paulo), para prestarem esclarecimentos sobre contratos irregulares com a prefeitura de São Vicente.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Quero apresentar uma Questão de Ordem referente a esse requerimento e lamentar, profundamente, mais essa demonstração da politização partidária desta CPI.

Os maus exemplos às vezes são seguidos. É um escândalo esse requerimento, mas vamos ter oportunidade de debatê-lo.

Solicito vista também.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Solicito vista conjunta, reafirmando a importância desse requerimento, de se ouvir essa ONG, que teve recursos do SUS aqui no estado de São Paulo. Precisamos ouvir e entender um pouco esse processo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não tem recurso algum do SUS.

Mas tudo bem, em uma semana voltamos a discutir.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Concedido o pedido de vista aos deputados Barros Munhoz e Marco Vinholi.

Devolvo à Presidência... Presidente, cortei até V. Exa., porque eu não precisava ter falado os itens cinco e seis.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Vossa Excelência preside tão bem, é uma alegria tão grande vê-lo presidir. Da mesma forma que preside a Comissão de Finanças e Orçamento.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Eu me empolguei. Devolvo a Presidência ao deputado Edmir Chedid.

Desculpe mais uma vez.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Edmir Chedid.

* * *

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Não tem o que desculpar.

Item 7 - Requerimento nº 97/2018, de autoria do deputado Carlos Neder. Requer que seja convidado o Dr. André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes, diretor presidente do Instituto Sócrates Guanaes, Organização Social de Saúde, a fim de que compareça à CPI para prestar esclarecimentos e trazer informações detalhadas sobre contratos de gestão firmados entre o Instituto e o poder público.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O item número 8 é um requerimento de minha autoria, então peço ao senhor vice-presidente que conduza os trabalhos.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Wellington Moura.

* * *

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Item 8 - Requerimento nº 98/2018, de autoria do deputado Edmir Chedid. Requer a convocação do Sr. Gustavo Henric Costa Guti, prefeito do município de Guarulhos, do Dr. Airton Trevisan, secretário de Negócios Jurídicos do município de Guarulhos, e da Sra. Ana Cristina Kantzos da Silva, secretária de Saúde do município de Guarulhos, com o objetivo de prestar informações e esclarecimentos sobre os contratos com organizações sociais para gerenciamento das unidades de Saúde do município de Guarulhos, em especial os do Hospital Municipal de Urgências e do Hospital Municipal da Criança e Adolescente - HMCA.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Solicito vista desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Concedido o pedido de vista à Vossa Excelência.

Item 9 - Requerimento nº 99/2018, de autoria do deputado Edmir Chedid. Requer a convocação do Dr. Eduardo Reche de Souza, presidente da Organização Social

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

Instituto Gerir, bem como dos administradores/gestores que trabalham para o Instituto Gerir e eram responsáveis pelo gerenciamento do Hospital Municipal de Urgências, do Hospital Municipal da Criança e Adolescente e da Policlínica, todos no município de Guarulhos, com o objetivo de prestar informações e esclarecimentos sobre os referidos contratos.

Em discussão.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Peço vista do item 9.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Concedido o pedido de vista à Vossa Excelência.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Eu gostaria de fazer uma ponderação.

Aqui nós fizemos aquela diligência em Guarulhos e, uma semana depois, o Instituto Gerir foi afastado da gestão do Hospital Municipal de Urgência e foi colocada, no lugar dele, a Santa Casa de Birigui, que já vínhamos acompanhando aqui.

Então, esse Instituto Gerir é de Goiânia e já havia um procedimento do Ministério Público solicitando providências da prefeitura, que deu um prazo de 30 dias para que o Instituto adotasse providências para o atendimento adequado à população, caso contrário haveria recomendação para que a prefeitura o substituísse.

Então, queria fazer um apelo ao deputado Marco Vinholi para que pudéssemos ouvir essa direção do Instituto Gerir, porque ficamos abismados com o que vimos no Hospital Municipal de Urgência.

Independentemente dessas questões de natureza política, o fato é que já havia uma ação no Ministério Público. Tanto é verdade que foi afastado imediatamente. Há denúncias, inclusive, envolvendo dirigentes desse instituto, não só em Goiânia, mas também em outros estados.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Questiono se seria possível alterar de convocação para convite.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Não há problema. Eu só gostaria que, se ele não viesse, voltássemos o requerimento e convocássemos.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Perfeito.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Então transformamos o requerimento de convocação para convite.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu voto a favor.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Mas, na verdade, quem preside é o nobre deputado Wellington Moura. Eu, como autor do requerimento, respondi.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Presidente Wellington, eu voto a favor.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Também voto a favor.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Eu gostaria de pedir vista, porque pedi, anteriormente, todos os contratos, tudo sobre a questão dessa organização social, e ainda não analisei totalmente todos os contratos.

Então, peço vista, para analisar até a semana que vem, quando voltamos para convidar essa organização.

Item 10 - Requerimento nº 100/2018, de autoria do deputado Edmir Chedid. Requer que seja instada a douta Procuradoria da Assembleia Legislativa para promover medida judicial objetivando a quebra do sigilo fiscal e bancário da diretora administrativa e dos assessores de diretoria desligados dos quadros da Organização Social Cruzada Bandeirantes São Camilo, após o dia 27 de julho de 2018, coincidindo com o período em que foi vastamente divulgada pela imprensa a adoção de medidas judiciais por esta CPI para garantir transparência das remunerações pagas aos dirigentes das organizações sociais de Saúde que atuam no estado de São Paulo.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Devolvo a Presidência ao deputado Edmir Chedid.

* * *

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

- Assume a Presidência o Sr. Edmir Chedid.

* * *

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma solicitação. Queria que fosse informado quantas pessoas convocadas ou convidadas nós temos para ouvir antes desses requerimentos aprovados hoje.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Já estou solicitando. Alguns minutos e respondemos a Vossa Excelência.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Na condição de sub-relator da Capital, estive ontem em um tribunal de contas do município conversando com o conselheiro relator da área da Saúde, que é o conselheiro Maurício Faria.

Conversamos bastante sobre o problema dos gastos com pessoal por parte das organizações sociais. Há todo um debate sendo feito sobre o cumprimento ou não da Lei de Responsabilidade Fiscal. Faremos agora um seminário e acho que seria muito importante que convidássemos o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público Federal, uma vez que os recursos recebidos não são apenas do orçamento do estado e do município, mas há também a participação de recursos da União no financiamento das OSs.

E sobre aquilo que, originalmente, era apresentado como sendo uma vantagem, que era você poder driblar os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, há uma observação, hoje, dos órgãos de conta, que essa situação vem extrapolando o que eles entendem que seria o razoável.

Já discutimos aqui que, em média, se gasta algo em torno de 70% na área da Saúde com o pagamento de pessoal, entretanto, a não incidência da Lei de Responsabilidade Fiscal tem levado a um gasto muito superior.

Gostaria, então, de insistir com V. Exa. que, para o nosso seminário, deveriam ser convidados representantes do Ministério Público Federal e do Tribunal de Contas da União.

Também quero informar aqui que, na ocasião, eu recebi a informação de que o Dr. Nacime Salomão Mansur, da SPDM, receberia algo em torno de 90 mil reais por mês. Assim, pergunto à V. Exa., aprovamos aqui o pedido ao Poder Judiciário para termos

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

acesso à remuneração de dirigentes das OSs - não sei se já recebemos, porque o prazo já venceu - e eu gostaria que, especialmente neste caso, do Dr. Nacime Salomão Mansur, haja a comprovação se, de fato, ele recebe 90 mil reais por mês, conforme informação recebida ontem no Tribunal de Contas do município.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Nobre deputado Carlos Neder, Srs. Deputados, nós recebemos da Secretaria de Estado, do gabinete do Sr. Secretário, um ofício datado de 24 de agosto 2017, referente ao nosso Ofício nº 109, de 2018. Um ofício daquele gabinete, de nº 3850, de 2018.

Passo a fazer uma breve leitura.

“Excelentíssimo Sr. Presidente da CPI. Na oportunidade em que cumprimento V. Exa., considerando que o ofício de número em referência foi tido por parcialmente atendido por essa CPI, que houve por bem ingressar com medida judicial, em face deste secretário, para sua complementação, venho esclarecer e informar o que segue.

Preliminarmente, importante consignar que esta Secretaria recebeu, em 21 de agosto de 2018, um mandato de intimação da decisão da meritíssima juíza da 8ª Vara da Fazenda Pública, que indeferiu o pedido liminar requerido por essa digníssima Assembleia, nos autos de mandado de segurança de número já especificado.

No entanto, desde que se veiculou por diversas mídias a notícia, e que o entendimento dessa Casa foi de que as informações prestadas foram insuficientes, a Secretaria de Estado de Saúde intentou todas as medidas administrativas para conseguir identificá-las e complementá-las.

Vejamos. O ofício de número referência requereu desta pasta as seguintes informações: dados relativos à remuneração individual dos dirigentes de cada uma das organizações sociais de Saúde que mantêm contrato de gestão ou convênio com o ente público, incluindo verbas originárias de cargo público, se cedido ao aposentado, e verbas remuneratórias e indenizatórias a qualquer título, e sobre diferentes modalidades de contrato, a partir de março de 2015.

A respeito dessa liminar concedida no mandado de segurança, impetrado em face da Secretaria de Estado de Saúde - isso é o que é nossa assessoria coloca - do estado e da Capital, de trazer para a CPI informações sobre a remuneração dos dirigentes das organizações sociais que atuam no estado, informo que a notificação das partes sobre a liminar aconteceu no dia 22 de agosto, com o prazo de cinco dias, que se encerrou ontem”.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

Informo que a Secretaria de Estado da Saúde encaminhou a essa CPI, na noite de ontem, esse ofício que eu acabei de ler, datado de 24 de agosto, onde, em resumo, responde ao solicitado, nos seguintes termos:

“Não acusamos ainda qualquer manifestação da Secretaria de Saúde...”.

Vou fazer a leitura aqui do quadro do ofício. São quatro páginas, mas vamos fazer a leitura. É importante.

“...nesse sentido, por meio do Ofício nº 2998, de 30 de julho de 2018, a Secretaria de Estado de Saúde enviou a essa CPI cópia das respostas fornecidas pelas OSS, que podem ser resumidas no quadro abaixo:”.

Aí vem a informação do recebimento de diretores de hospitais, e não dos seus dirigentes. Algumas OSS dizem que não remuneraram os seus dirigentes. Outros dizem que a remuneração não é utilizada por recursos públicos, e com recursos próprios da instituição.

Dando continuidade ao ofício da Secretaria:

“Prestadas as informações acima, esta Secretaria entendeu que, diante da inexistência quase absoluta de remuneração de dirigentes das OSS com recursos públicos, restavam prejudicadas as demais questões.

No entanto, em respeito, e buscando, como sempre, atender a toda solicitação da CPI, a despeito de não termos sido notificados, até a presente data, da obrigatoriedade de fazê-lo, em decorrência da determinação judicial, foi encaminhado novamente questionamentos às entidades, parcerias da pasta - Documento nº 1 - as informações complementares oferecidas pelas organizações sociais de Saúde. No entanto, não alteram o que já havia sido respondido.

Nesse contexto, pedimos vênias para a juntada dos documentos a seguir elencados, contendo as informações requeridas, no que diz respeito à situação dos dirigentes das OSS, acerca do recebimento de verbas originárias de cargo público cedido ao aposentado e verbas remuneratórias e indenizatórias, a qualquer título, sobre diferentes modalidades no contrato, a partir de 2015.”.

Vem aqui a relação de 27 OSS.

“No tocante à solicitação da CPI, com base na Lei nº 12.527, de 2011, e as recomendações da colenda Corte de Contas Estadual, para que essa pasta torne públicas as informações horas requeridas, vimos novamente esclarecer que a Lei de Acesso à Informação esclarece que a publicidade a que estão submetidas as entidades privadas refere-se apenas à parcela dos recursos públicos recebidos, à sua destinação.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

Ademais, todas as informações requeridas com base na Lei de Acesso à Informação são respondidas diretamente ao solicitante, como foi o caso de todo o requerido pelo Ofício CPI nº 109, de 2018.

Considerando o teor das informações prestadas, onde se denota que, à exceção da Fidi, que remunera parcialmente os seus dirigentes com recursos provenientes do contrato de gestão, nenhuma outra OSS tem seus dirigentes remunerados com verbas públicas. Não vemos razão para que essa informação seja incluída no Portal da Transparência do estado de São Paulo.

Há que se considerar ainda a determinação constante do Decreto 6.522, de 2017. No seu Art. 2º, diz o seguinte: ‘na celebração de contrato de gestão de que trata a Lei Complementar nº 846, de 4 de junho de 1998, os órgãos e entidades da administração pública farão constar cláusulas, prevendo que a OSS disponibilizará, e seu site da rede mundial de computadores, a remuneração bruta individual paga com recursos do contrato de gestão de todos seus empregados e diretores’.

Verifica-se do texto acima que a responsabilidade pela publicização da remuneração dos funcionários da OSS é de responsabilidade das mesmas, não podendo, portanto, ser imputada aos órgãos contratantes da mesma.

A recomendação do Tribunal de Contas, no que diz respeito à transparência das informações dos contratos de OSS, vem sendo cumprida por esta pasta, no endereço eletrônico tal, de transparência.

No entanto, conforme já asseverado acima, não há como o Governo do Estado incluir informações de terceiros nos seus sítios oficiais. Essa impossibilidade material, entretanto, não impediu a Secretaria de Estado de Saúde de solicitar que as próprias organizações sociais o façam em seus sítios próprios.

Portanto, recomendado pelo Tribunal de Contas do Estado, o que vem gerando uma série de discussões jurídicas que estão no presente momento em estudo pela douta Procuradoria Geral do estado. Aproveito a oportunidade para renovar os protestos de elevada e distinta consideração, Dr. Marco Antonio Zago, secretário de Estado”.

Foi assinado esse ofício pelo Dr. Antonio Rugolo Júnior, secretário adjunto da Secretaria de Estado da Saúde. Aqui ele junta todos os ofícios das organizações sociais de Saúde, que vou solicitar para que a Secretaria encaminhe a todos os senhores deputados esse ofício encaminhado a esta CPI.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Sr. Presidente, no dia 30 de julho, nós recebemos o ofício GS, Gabinete do Secretário, nº 2.998. Esse ofício que V. Exa. mencionou agora. Qual é o número dele, por favor?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Esse que foi encaminhado agora, datado de 24 de agosto, Excelência, é o de nº 3.850, de 2018.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Eu entendo que seria importante que todos os deputados membros da CPI recebamos esse documento também. Claro que nós temos que fazer uma diferenciação entre remuneração de dirigentes de OSS e remuneração de dirigentes de equipamentos sob gestão de OSS, mas há uma controvérsia a ser resolvida ainda.

Veja, por exemplo, o fato que eu mencionei. Eu digo que foi informado a mim, na reunião de ontem, no Tribunal de Contas do município, que o Dr. Nacime Salomão Mansur recebe 90 mil reais, ou algo próximo a isso.

Ou esse recurso é pago pela Unifesp - acredito que seja pouco provável, considerando a crise financeira da Unifesp -, ou é pago pela SPDM, e a SPDM pode pagar isso de duas maneiras: ou com recursos recebidos de contrato de gestão, ou em razão de contratos mantidos com outras unidades da Federação.

De qualquer forma, isso precisa ser esclarecido. Nesse material que nós recebemos, daquele ofício original de resposta da Secretaria, nós vemos aqui o seguinte: Dr. Eduardo Bianchi Zamataro, lá do Sírrio-Libanês, superintendente médico, remuneração: 36.685,83 reais. Portanto, acima do teto salarial definido para o estado de São Paulo.

Nós precisamos esclarecer, afinal de contas, se há ou não remuneração de dirigentes, o que nos foi afirmado pelo Tribunal de Contas do Estado. Então, alguém está cometendo uma afirmação indevida. Veio aqui o presidente do Tribunal de Justiça e disse que há o pagamento de dirigentes, além de taxa de administração.

Taxa de administração, o ex-secretário adjunto e ex-secretário municipal de Saúde, Wilson Pollara, já admitiu que há. Tanto é assim que ele disse que encontrou taxas oscilando de 3% a 15%, e ele fez um acordo informal no município de São Paulo para que a taxa ficasse em 5 por cento.

Entretanto, ninguém assume que há, de fato, remuneração de dirigentes, o que foi afirmado pelo presidente do Tribunal de Contas do estado. Então, eu pergunto a V. Exa.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

qual é o entendimento da procuradoria da Assembleia diante dessa resposta recebida, se ela atende ou não à determinação do Poder Judiciário.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Bem, eu acho que o deputado Carlos Neder colocou bem. Nós estamos que nem o Globo Repórter aqui na questão dos salários: para onde vamos, de onde viemos, para onde iremos... O fato é que, sobre essa questão dos chamados supersalários, sobre o que estamos correndo atrás aqui na CPI, nós ainda não achamos as respostas. Se a taxa de administração existe ou não, de que forma são pagos esses salários...

Essas entidades, os recursos que elas têm são provenientes de contratos com o Poder Público, não imaginamos outra fonte de renda. Este último requerimento aqui, deputado Carlos Neder, deputado Edmir Chedid, quebrando o sigilo fiscal e bancário da organização social Cruzada Bandeirantes São Camilo, talvez elucidar um pouquinho de onde vai o recurso e de que forma está sendo pago esse supersalário. Acho que uma grande missão desta CPI é avançar para podermos entender de que forma está sendo isso, se é esse número mesmo, se não é, para tentarmos esclarecer essa questão dos supersalários.

A Secretaria da Saúde enviou para as OSs, principalmente aquelas que tocam os AMEs e os aparelhos do estado, não é? Com uma delas eu conversei, e ela tem, na sua diretoria, um corpo de voluntariado. Eles não são remunerados, é uma diretoria que toca a entidade e não recebe um salário para isso, mas ali tem aposentado do Banco do Brasil, aposentado de prefeitura, então eles recebem aposentadoria do Poder Público, mas não recebem nada através desses contratos. Mas mesmo o voluntário tem que prestar contas, como se fosse uma contribuição dele, não é? Acho que no Imposto de Renda e também...

Então este é um modelo que nós precisamos entender. Para esse pessoal que faz de forma voluntária e não recebe salário, nós temos que ter uma legislação que se aplique. Muitas dessas OSs são problemáticas, e nós estamos investigando, mas há outras que são sérias também, que tocam um serviço para a comunidade e que fazem isso de forma voluntária. Queria só atentar para essa parte, pois o pessoal ficou preocupado. Eu falei: “Calma, eu acho que é uma questão para avaliarmos de que forma é feita e talvez até produzir uma legislação que dê mais conforto para eles, que tocam essas entidades assistenciais”. Há Santas Casas centenárias no interior que fazem isso em vários municípios nossos.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

Queria registrar também, de forma rápida, que o pessoal do HU está aqui na CPI das OSs porque busca um apoio para a sua luta. Eu acho que essa é uma questão na qual nós vamos ter que avançar neste ano de forma até definitiva. Temos que pensar, para o ano que vem, ganhe o governo que ganhar, de que forma nós podemos dar um encaminhamento para essa questão do HU. O pessoal está aqui e tem buscado de forma insistente uma solução para esse caso do HU e do Butantã.

Quero registrar também que eu apresentei um requerimento para que o Sr. Danilo Druzian Otto, que é o atual coordenador que cuida das OSs do estado, venha para esta CPI e seja ouvido. Acho que isso é fundamental, pois estamos fazendo uma CPI para avaliar questão das OSs. Que a pessoa que cuida das OSs na Secretaria da Saúde especificamente venha e possa ser ouvida, mesmo com esse calendário apertado que nós temos até o final da CPI.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Gostaria de consignar a presença do nobre deputado José Américo.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Sr. Presidente, nós já identificamos que há um cargo extremamente importante na Secretaria de Estado da Saúde, que é o de coordenador da Coordenadoria de Gestão dos Contratos de Gestão. Esse cargo já foi preenchido por diferentes pessoas: João Paulo Baptista Campi, que tem um papel importante na formação de uma empresa, a Duo System, que depois é contratada pelo Seconci. Observamos que isso é uma prática, pessoas que estiveram nesse cargo depois acabaram migrando para a iniciativa privada e vendendo serviços para o Poder Público.

O Márcio Cidade Gomes, que foi convocado para vir hoje aqui, ocupou esse cargo em seguida ao Sr. João Paulo Batista Campi. Acabo de saber que ele não virá, o que eu considero um desrespeito a esta CPI. O Nilson Ferraz Páscoa foi depois substituído pelo Eduardo Ribeiro Adriano, que aqui esteve e hoje é secretário-adjunto da Secretaria da Saúde e inclusive demonstrou, deputado Barros Munhoz, capacidade e competência no debate que fez conosco, mostrando aqui que nós não tão estamos com viés partidário, estamos querendo saber se as pessoas têm perfil ou não e qual é a trajetória de cada um.

Ele foi depois substituído pela Dra. Eliana Radesca, que esteve aqui e uma semana depois foi demitida ou pediu demissão e foi substituída pelo Sr. Danilo Druzian Otto. Então João Paulo Batista Campi, Márcio Cidade Gomes, Nilson Ferraz Páscoa

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

Eduardo Ribeiro Adriano, Eliana Radesca Alvares Pereira de Carvalho e Danilo Druzian Otto, todos passaram por esse cargo estratégico que cuida de bilhões de reais, que é quem decide qual será a participação de cada uma das OSs, que define o escopo dos contratos de gestão e que acompanha, em tese, a execução dos contratos.

O que causa espécie é que toda vez que nós fazemos uma pergunta à Secretaria de Estado da Saúde, ela não tem resposta. Ela manda um ofício circular para as organizações sociais perguntando qual é a resposta que deve ser dada. Como é que o gestor do Sistema Único de Saúde não consegue ter uma resposta para as perguntas que a CPI faz e é obrigado a mandar um ofício circular? Então eu volto a perguntar qual é o entendimento da Procuradoria sobre se houve ou não o atendimento àquilo que foi determinado pela Justiça.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Ok, vou pedir à nossa procuradora, Caroline, que dê a resposta a Vossa Excelência.

A SRA. CAROLINE - Deputado Carlos Neder, primeiramente eu queria apenas esclarecer que inicialmente a liminar do mandado de segurança foi indeferida pela juíza da 8ª Vara da Fazenda Pública. A Procuradoria recorreu, e o Tribunal reformou a decisão da juíza de primeira instância e deferiu a liminar. Como foi um pedido liminar “inaudita altera parte”, ou seja, antes de citados os réus, a publicação da decisão liminar não foi suficiente para que o prazo de cumprimento começasse a ser contado.

Então o Tribunal encaminhou para a juíza da primeira instância a notícia da concessão da liminar, e a juíza determinou que o oficial de Justiça fosse cumprir a citação das partes, para que então o prazo de cinco dias pudesse começar a correr. O mandado foi cumprido, foi positivado no dia 22 de agosto, mas ele só foi juntado aos autos no dia 24 de agosto, sexta-feira, e esse prazo só começa a correr em dia útil. Então ele começou a correr na segunda-feira e vai se esgotar na sexta-feira.

Esse ofício que a secretaria encaminhou para nós, eu não estou considerando que ele é o cumprimento da liminar. Ao que parece, eles tentaram fornecer alguma informação diante da notícia de que a CPI ingressou em juízo. O senhor tem razão e nós concordamos que a liminar é para que a secretaria informe se... Bom, eles já tinham informado a questão da remuneração dos dirigentes, não é? Mas que ela informe se os dirigentes recebem alguma outra verba do estado a título de proventos, vencimentos.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

Nós entendemos que isso é a Secretaria que tem que fornecer, a liminar foi nesse sentido, não é?

Então eu acho que é prudente aguardar o decorrer desse prazo de cinco dias. Eu imagino que eles vão apresentar uma manifestação no processo com essas informações, e aí vamos verificar qual vai ser o termo dessa manifestação. Se a secretaria entender que ela não tem como prestar as informações, ela vai ter que também dizer que ela não tem esse controle, que não tem como prestar essas informações, não é? Então acho que o prudente é aguardar até sexta-feira para verificar se eles vão informar e em que termos eles vão informar para atender a liminar.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Muito obrigado, Dra. Caroline.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA DA SILVA - PT - Foi feito o esclarecimento pela doutora, que eu acho que foi claro, não é? Então obviamente isso aqui não responde a liminar, e há a coisa do prazo para esperar, então acho que temos que esperar e tal, tudo bem. De qualquer forma, pelo que observamos, existe um jogo de empurra-empurra - e a secretaria faz parte disso, consciente ou inconscientemente - no sentido de proteger as informações das OSs. Ela está claramente protegendo as informações das OSs, ou ela não tem, não é? Talvez ela tenha receio de que isso possa desequilibrar o modelo, e ela dá muita importância para o modelo. Eu conheço o professor Zago, e ele dá muita importância para o modelo.

Bom, de qualquer forma, nós temos passado perto de algumas coisas que são muito graves, não é? Quando pedimos o salário deles, nós queremos pegar o fio da meada das irregularidades, que são muito grandes, então você pode achar por aí. Quando o deputado Carlos Neder cita o cidadão que está ganhando 90 mil reais, talvez se pegue o fio da meada aí, se a secretaria for transparente. Acho que ela está sendo muito pouco transparente, não é? Eu acho que ela tá fazendo o jogo das OSs.

Só para refletir algumas coisas junto com meu querido amigo Barros Munhoz, nosso querido Wellington Moura e meu querido Carlos Neder, é o seguinte: eu estava olhando outro dia a resposta que nós recebemos do Instituto Sócrates Guanaes. Então, aparentemente, o Sócrates Guanaes tem uma empresa ligada à Construcap que meio que é sócia dele na... Essa empresa faz praticamente todos os serviços da OS, e ele entende que, como é uma empresa privada ligada à OS, ela não precisa fazer concorrência, e

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

grande parte do serviço é feito por essa empresa. Quer dizer, é um negócio de uma promiscuidade a olhos vistos.

Aqui na Escola Paulista de Medicina também. A posição deles é a de não prestar informação, prestar o menos possível. Eu acho o seguinte: nós temos que esperar até sexta-feira a resposta da liminar, conforme nos orientou a doutora, mas eu acho que, se a resposta continuar nesse nível, a gente tinha que pedir a quebra de sigilo bancário de alguma dessas instituições. Se não, não vamos entender nunca como é a movimentação entre os dirigentes e as instituições, nem como que as evidências que nós temos ... São indícios, pelo menos - e muitos fortes -, de desvio e malversação de recursos. Não vamos entender como isso se processa.

Se você abre o sigilo bancário, vai ver que o fulano de tal ganha 90 mil reais. Esse dinheiro tem que vir de algum lugar. Então, acho que a gente tem que evoluir. Não podemos atropelar - a senhora tem toda a razão. Mas na próxima terça-feira, diante das respostas deles, nós devemos talvez pedir a quebra do sigilo bancário exatamente daquelas instituições que estão resistindo. Eu não pediria, por exemplo, nada para quem informou. Quanto a quem informou, acho que, em princípio, a gente tem que avaliar as informações - ver se é verdade ou não. Mas para aqueles que não informaram e estão se escondendo por detrás da Secretaria, a gente deveria pedir a quebra do sigilo bancário. É isso, basicamente.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Sr. Presidente, apenas uma última questão. A Casa Civil publicou uma resolução, que é a Resolução CC-17, de 19 de abril de 2006, estabelecendo a criação de um grupo técnico para definir como deveria se dar a relação do Governo do Estado de São Paulo com as organizações sociais, não só na área da Saúde, mas também envolvendo outras secretarias aqui nominadas: Secretaria da Saúde, Secretaria da Cultura e outras que eventualmente viessem a lançar mão da Lei nº 846, de 1998.

Eu gostaria de pedir a V. Exa. que requisitasse, junto à Casa Civil, o relatório que derivou da criação desse grupo de trabalho e que em tese iria estabelecer parâmetros na relação entre o poder público, o governo do estado e as organizações sociais. Vou passar para a assessoria da comissão a cópia da resolução. Nós precisamos saber se de fato o grupo de trabalho produziu um documento e se esse documento gerou consequências junto à Secretaria da Saúde, à Secretaria da Cultura e a outras que depois vieram, para poder lançar mão da Lei nº 846, de 1998.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Muito bem, Excelência; vamos dar encaminhamento.

A título de informação, o Dr. Márcio Cidade Gomes encaminhou um ofício a esta CPI no dia 10 de agosto, informando que houve um adiamento da reunião do dia 14 de agosto. E ele remarcou para o dia 28 de agosto - data de hoje. Ele sugeriu a data, inclusive. Hoje, às 9h50 ele protocola um ofício no meu gabinete, que passo a ler:

“São Paulo, 28 de agosto de 2018. Sr. Deputado Edmir Chedid, presidente da CPI das OSs de Saúde. Venho, por meio desta, solicitar os seus bons préstimos no sentido de adiar a reunião do dia 28, conforme convite recebido, por motivo de ordem pessoal. Certo da compreensão, atentiosamente, Márcio Cidade Gomes.”

Eu não sei se foi a publicação da Globo que o deixou preocupado de vir à CPI. Mas vamos dar sequência, vamos remarcar.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Sr. Presidente, eu tenho um requerimento de informação de 2006 pedindo o currículo do Sr. Márcio Cidade Gomes, que - acabei de dizer - ocupou o cargo de coordenador da Controladoria de Controle de Contrato de Gestão da Secretaria. Tenho o requerimento de informação de 2007, pedindo toda a trajetória profissional do Sr. Márcio Cidade Gomes. Depois, ele sai de São Paulo e vai ao Rio de Janeiro ajudar a organizar as organizações sociais no estado do Rio de Janeiro. Ele volta, em que pese tenha processo em seu nome, e é nomeado no Iamspe. E, a partir do momento em que é chamado a vir para a CPI, ele sai do cargo do Iamspe.

Pelo menos alguns de nós receberam uma denúncia dizendo que ele, numa reunião, com várias testemunhas, disse que a presença dele no cargo do Iamspe estava condicionada ao pagamento de propina. A se confirmar. De cinco milhões de reais. Portanto, acho inaceitável a ausência dele aqui. Acho até que, em respeito a esta CPI, ele deveria, a partir de agora, ser convocado. Não há como não ouvi-lo, porque nós recebemos denúncias de que ele colocou isso numa reunião. Há testemunhas. Isso foi encaminhado aos deputados. E nós temos toda uma história de atuação dele no poder público, seja em São Paulo ou em outro estado. Portanto, eu proponho que ele seja convocado.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Muito bem, Excelência. Nós vamos encaminhar o requerimento e votar na próxima sessão, para que ele seja convocado e possa vir aqui prestar esses esclarecimentos.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Sr. Presidente, eu gostaria de registrar que vi alguém aqui, da máxima importância, que foi convidado e não veio. Vi agora uma pessoa que reconheço ser da máxima importância, porque tem o que informar. Quem chegou à Secretaria agora não tem o que informar. E também foi convidado. O Márcio Cidade foi convidado. E não entendo por que o Mário Auler tem que ser convocado. Qual a diferença de critério?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Excelência, vamos convidá-los - tanto o Hélio Favoretto quanto o Mário Auler.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Na semana que vem, vou fazer a proposta. Eu só queria saber se V. Exa. tinha algum esclarecimento...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Vossa Excelência está muito preocupado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não estou, não. Absolutamente. Vossa Excelência vai ver que não. Fique tranquilo.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Eu não tenho nada contra.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu também não. Eu só queria mostrar a diferença de comportamento.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Vamos dar sequência às solicitações. Vou informar algo aos senhores antes de ouvir o Dr. Proença, que já está aqui há muito tempo. Nós temos aqui as próximas reuniões da CPI. O segundo item - dia 29 de agosto, às 14 horas: oitiva do Dr. David Uip, ex-secretário de estado da Saúde e atual diretor da Faculdade de Medicina do ABC; da Sra. Glória Regina Bejarano Dalbone, presidente do Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde - Iabas.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

No dia quatro de setembro, às 11 horas, a oitava do Dr. Marco Antonio Zago, secretário de Saúde. No dia cinco de setembro, a oitava da Sra. Michele Aparecida da Câmara Rosin, presidente do Grupo de Apoio à Medicina Preventiva e à Saúde Pública - Gamp; e o Dr. Geraldo Afonso Moreira Gomes, médico e vereador do município de Amparo. E o Dr. Mário Auler e o Hélio Favoretto, se for o caso.

No dia seis de setembro, teremos o evento da CPI em parceria com o ILP, com a participação da FGV, da USP, do TCU, do TCE, do TCM e de especialistas técnicos acadêmicos que estudam o assunto, para discutir a legislação e as propostas legislativas que tramitam no estado e no Congresso sobre as organizações sociais e contratos de gestão.

No dia 10 de setembro, teremos a apresentação dos sub-relatórios dos senhores sub-relatores. No dia 11, se possível, a apresentação do relatório final. Entre os dias 12 e 17, discussões e deliberações sobre os pareceres dos sub-relatores e o parecer final. Foram solicitadas pelo nobre deputado Barros Munhoz, ainda, outras oitavas, já aprovadas e sem data prevista para a realização: do ministro Raimundo Carreiro, presidente do Tribunal de Contas da União, convidado para o evento do ILP. E ele já informou que não vai poder estar presente e nem mandará representante. Do Sr. Renilson Rehem, presidente do Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde - Ibross, que foi convidado também para o ILP. E ele já confirmou a presença. Da Dra. Karla Bertocco ou sucessor, se for o caso; nós ainda não agendamos. E as oitavas do Sr. Sebastião Sérgio Silva, superintendente da Organização Social da Santa Casa de Andradina, e do Sr. Fábio Antônio Óbici, diretor administrativo da Organização Social da Santa Casa de Andradina; além daqueles que possam ter sido aprovados agora e de outros que podem ser aprovados durante o período.

O Tribunal de Contas do Estado também comunicou que não vai comparecer ao ILP para discutir. O senhor presidente... Mas também ainda não nos disse se vai mandar um representante. O Dr. Sérgio Siqueira Rossi não virá. Isso já está colocado.

Dando sequência, eu também vou fazer um requerimento, Srs. Deputados, na próxima sessão, porque existe um advogado chamado Arcenio, da USP, que já veio aqui. Ele anda falando em nome de deputados com organizações sociais. E o que ele anda falando, nobre deputado Barros Munhoz, V. Exa. que já foi ministro, secretário, líder... Vossa Excelência não vai gostar nada de saber o que ele anda falando com as organizações sociais em nome de todos nós. Então, eu vou querer convocá-lo aqui. É o Dr. Arcenio Rodrigues da Silva.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Ele fala...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Ele anda falando, em nosso nome, com organizações sociais.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Ah sim.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Ele anda falando de negócios, Excelência, como advogado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Vamos convocar.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Naquela outra CPI, daquele remédio de câncer - ele também foi advogado lá. Ele é um homem muito articulado, mas não podemos deixar que ele fale em nosso nome, porque todos aqui são honrados. Então, nós queremos convocá-lo aqui para ele explicar o que ele tem feito, com quem tem falado.

Dando continuidade, agradeço desde já a presença do Prof. Dr. Fernando Proença de Gouvêa, que está aqui desde o início. Ele é o presidente do Fórum das Organizações Sociais de Saúde. Solicito que ele se sente ao meu lado direito. Desde já agradeço. Ele nos solicita que a Dra. Sueli Doreto, membro do Fórum das Organizações Sociais dessa cidade, também nos acompanhe aqui na Mesa; e da mesma forma o Sr. Ademir Medina, membro também do Fórum das Organizações Sociais da cidade, para que possam auxiliá-lo nas respostas que os nobres deputados queiram relatar.

Desde já, agradecemos aos senhores pela presença. Pelo adiantar da hora, queremos lhe agradecer. Vemos que o senhor fez um grande esforço para estar aqui, fisicamente. Quando o senhor precisar se retirar, para qualquer coisa, porque tecnicamente todos nós, que já passamos dos 50, precisamos, muitas vezes, ter um tempinho, o senhor nos avise, por gentileza. Qualquer um dos senhores.

Vou passar a palavra a V. Sa., para que possa fazer as colocações que julgar necessárias. Muito obrigado, Dr. Proença.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

Vou pedir o microfone sem fio, que facilita. Os microfones nossos aqui... Os plenarinhos precisam de uma reforma geral. Dinheiro existe, recurso existe, não sei por que não acontece.

O SR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA - Eu quero, inicialmente, agradecer à comissão, que está nos chamando, a oportunidade que vocês estão nos dando para mostrar exatamente resultados, de inclusive membros deste grupo, o Dr. Carlos Neder, que idealizou os fóruns suprapartidários, inclusive por uma determinação legal.

Só que o Cejam, que hoje coordena os fóruns, na verdade, tem apenas a participação e o trabalho ligado a um termo de cooperação entre fóruns que tenham contratos com o município de São Paulo.

Esses termos de cooperação, na verdade, mostram com bastante clareza uma coisa muito boa que nós estamos fazendo. Por quê? As organizações sociais, como todos vocês sabem, são organizações que lutam por um sistema único de saúde no Brasil, aprovadas pela Constituição Federal, com participação, na verdade, da iniciativa privada, tentando ajudar o poder público, os gestores do Sistema Único de Saúde a solucionar os desafios que sabemos que são muito grandes, por uma obra, por um trabalho que a população cobra permanentemente.

Esse aspecto é muito importante, queria dizer a vocês, que as organizações sociais que estão no fórum não recebem recursos - pelo menos não recebemos recursos do estado. Na verdade, o Cejam não tem nenhum contrato com o estado. Temos contrato com a prefeitura de São Paulo. Então, queremos que fique de fora aqui qualquer discussão em relação ao Cejam.

Em relação ao fórum, como coordenador e representando o Cejam, estamos aí com um trabalho muito bonito, um trabalho que já vem de vários anos, acho que mais de dez anos, configurado aqui num termo de cooperação assinado no dia 13 de setembro de 2005, em que todos os órgãos que trabalham, essas entidades, num trabalho, vamos dizer, que não tem caráter, não tem personalidade jurídica, na verdade, o fórum.

É um fórum em que nós nos reunimos apenas em termos de cooperação. Com quem? Não é só entre nós, evidentemente, tentando ajudar as experiências que cada um tem, mas principalmente com o poder público. Nós nos apresentamos permanentemente como parceiros do poder público, e num trabalho suprapartidário.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

Quero chamar a atenção que nós trabalhamos aqui com vários partidos que dirigiram a prefeitura de São Paulo, com um entendimento muito bonito, de todos eles, de todas as áreas, inclusive mais recentemente com o Partido dos Trabalhadores, quando o prefeito era o Dr. Haddad.

Chamo a atenção que nosso trabalho, além de suprapartidário, é um trabalho que nós desenvolvemos sempre chamando o poder público e levando ao poder público propostas de solução, porque muitas vezes temos ideias, iniciativas, que é uma das características das OSs, tentando solucionar desafios.

Agora mesmo, se vocês forem à região sul, verão o que estamos fazendo na região, várias unidades nossas, com agente comunitário trabalhando com tablet, justamente para agilizar o seu trabalho.

Nós procuramos sempre coisas novas. Tivemos a oportunidade até de trabalhar com o Dr. Barros Munhoz, quando ele era da administração regional de Santo Amaro, numa tentativa, lembro, de nós fazermos um programa relativo ao esporte da pessoa deficiente, que é uma das ações que temos.

Chamamos a atenção que o próprio Carlos Neder já esteve em serviços nossos, um centro de referência que a população cobrou, no Jardim Herculano, e onde ele conheceu. Inclusive houve a tentativa de oferecer um valor, alguma coisa, porque viu que nós não temos lá, até hoje, por disponibilidade de recursos da prefeitura, um elevador. Esse recurso, inclusive, essa emenda, nós contamos que ainda vá acontecer, porque foi prometido por ele.

Então, são aspectos que eu queria mostrar a vocês, porque nós somos suprapartidários. Estamos na luta comum, numa luta que eu, na minha carreira profissional, faço há muito, e continuo a fazer. E faço questão de estar aqui, para reiterar a importância do Sistema Único de Saúde para a população brasileira.

Queria deixar aqui colocado, inicialmente, essas palavras, e me colocar à disposição. Trouxe aqui a Sueli Doreto, que é médica responsável pela atenção básica do Cejam, e o Ademir, que é CEO do próprio Cejam, um preocupado com as áreas técnicas do fórum e outro preocupado com as áreas administrativas do fórum, no sentido do fórum de Saúde.

Queria que nossas conversas, nossas discussões, se restringissem a isso, porque nós não viemos aqui para discutir organização social isolada. Viemos apenas colocar que o Cejam não tem contrato com o estado. O Cejam não tem repasses de recursos do

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

estado. E do próprio governo federal, estamos em negociação, fechando um contrato, para 2019, coisa que não temos neste momento.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Obrigado inicialmente pelas explanações do senhor. Passo a palavra ao nobre deputado Carlos Neder, que foi o autor do requerimento e da solicitação de sua vinda.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA DA SILVA - PT - Queria fazer uma observação anterior, mais sobre o sentido...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pela ordem, nobre deputado José Américo.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA DA SILVA - PT - Dr. Proença, a CPI tem jurisdição sobre os contratos municipais também.

O SR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA - Tem.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA DA SILVA - PT - Não entendi a sua posição, talvez um tanto defensiva, dizendo, olha, não temos contrato com o estado, e tal. Nós temos, sim.

Em segundo lugar, quero pedir ao senhor o seguinte, não estou falando da sua instituição em particular. Fui secretário municipal na gestão do prefeito Haddad, fui coordenador político. Eu tinha uma visão, em relação às OSs, as organizações sociais, não em relação ao modelo, em relação ao serviço prestado, eu tinha uma visão até generosa.

A partir dos acontecimentos das últimas denúncias, a partir desta CPI, eu mudei totalmente minha visão. Nós descobrimos, não é o caso da sua OS, mas descobrimos aqui coisas do arco da velha, coisas assim de uma primarismo, quer dizer, um desvio, uma malversação de recursos públicos, um primarismo atroz, que faz termos saudades quando essas coisas eram feitas por advogados, que eram mais sofisticados.

Então, era um negócio assim, primário. O Instituto Sócrates Guanaes tem uma empresa lá, para fazer as coisas junto com eles, em São José dos Campos. Tem uma empresa. Então, é coisa desse tipo.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

Estou falando da sua instituição, mas como o senhor também responde pelo fórum, gostaria de fazer essa observação, para o senhor entender um pouco por onde estamos caminhando. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Inicialmente quero cumprimentar o Dr. Fernando Proença de Gouvêa, ex-secretário municipal de Saúde da Capital, como também fui. Inclusive tive a oportunidade de homenagear sua família, quando da abertura do hospital na R. Juventus, o Hospital João XXIII, que foi um dos sete hospitais abertos pela prefeita Luiza Erundina. Seis incluíam Campo Limpo, Ermelino Matarazzo, Vila Maria, que é o vermelhinho, também Vila Nhocuné, Jardim Iva, Jardim Sara, e havia esse hospital, que era um hospital da Golden Cross, estava fechado, e nós negociamos com o ministro, para abri-lo, e entendemos que seria correto fazermos homenagem a seu pai e à família.

Da mesma forma que eu entendo que a vinda do Dr. Proença aqui não se trata de qualquer questionamento a sua pessoa, mas há a preocupação de nós aproveitarmos a sua experiência e pensarmos inclusive a questão do marco legal que disciplina as organizações sociais, seu funcionamento e a relação com o estado que, em âmbito estadual, completa agora 20 anos. Daí por que é importante ouvi-lo.

Vou fazer algumas considerações. Em 2016, o fórum que o senhor coordena, ou preside, organizou um grande evento na Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas, e chamou todos os pré-candidatos à prefeitura de São Paulo.

E ali compareceram os trabalhadores das OSs, e foi feito um tipo de uma sabatina com os candidatos a prefeito, para saber se eles manteriam ou não os contratos de gestão com as OSs, se eles pretendiam incrementá-los, e qual era o compromisso da gestão que se iniciaria em 2017, com a vitória de João Doria, para com as organizações sociais.

Pergunto ao senhor se esse evento foi financiado, se teve algum custo, quem pagou esse evento e se agora, por ocasião da disputa para o Governo do Estado, o Fórum das OSS está organizando evento similar com os candidatos ao Governo do Estado.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA - Não, não houve pagamento nenhum em relação àquilo. Pelo menos o Fórum em si não teve participação nenhuma em termos de despesas.

O que se conseguiu ali, na verdade... Inclusive o secretário da época, o secretário Padilha, teve um trabalho muito bonito, uma apresentação muito bonita naquele dia. Entre os representantes que estavam ali, acho até que foi quem se saiu melhor, no programa pelo qual se pretendia a reeleição do prefeito Haddad. Infelizmente, eles não tiveram esse sucesso, mas não houve nenhum direcionamento naquele dia. Queria chamar atenção, pois aquilo foi muito importante.

Nós estamos repetindo isso agora. Estou propondo, inclusive gostaria de informar que estou fazendo comunicações aos candidatos. No Fórum, temos uma reunião mensal e estamos nos dispendo a alguma coisa, se eles quiserem contar para nós... Inclusive, tenho interesse em que eles nos informem sobre a ideia, o modelo de organização social, pois é um negócio muito interessante. Se superarmos a influência política de alguns lugares, especialmente dos municípios, transtornando a organização social ao invés do objetivo fundamental do SUS, mas tentando eleger candidatos, temos o caminho para superar esse desafio, Dr. Neder.

Na verdade, o poder público, hoje, cada vez mais, precisa dessa integração. Não podemos trabalhar separados de forma alguma. Eu, durante muito tempo na vida, posso dizer que desde criança, pois meu pai foi o primeiro secretário municipal de Saúde de São Paulo e eu o acompanhava desde bem jovem, eu vivi essa disputa e esse desafio.

Eu vejo que, hoje, nesse modelo, se fizermos uma coisa muito bem feita, com a ajuda do poder público e o controle, principalmente financeiro, teremos, na verdade, uma solução. Pelo menos, vejo uma possível solução para esse desafio para o Brasil todo.

Por outro lado, queria chamar atenção para uma coisa importante...

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Sr. Proença, eu vou fazer algumas perguntas e o senhor vai respondendo, de maneira que possamos ter um diálogo.

O SR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA - Eu queria apenas completar o que estou falando.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Mas eu gostaria que o senhor se ativesse ao que perguntei. Se houve pagamento, se vocês organizaram esse evento e se pretendem fazer outro evento com os candidatos ao governo do estado de São Paulo. Depois, vou explicar a razão de minhas perguntas.

O SR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA - Não vamos fazer evento especial para isso, não.

O que teremos agora, é até bom anunciar e convidá-los, será um simpósio científico nos dias 18 e 19 de outubro, festejando o Dia do Médico. Esse simpósio científico será digital e uma das mesas que teremos será de representações das OSs, para que discutamos o modelo, mostremos o que é o modelo.

Inclusive, o provável presidente do Ibross estará lá fazendo uma apresentação sobre a importância, sobre uma melhora do tipo de contrato de gestão, pois os contratos de gestão precisam ser aperfeiçoados. Então, é uma coisa equivalente e teríamos muito prazer se, pela internet, pelo site Cejam, o senhor tivesse a oportunidade de assistir.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Sr. Presidente, até para o bom andamento de nossos trabalhos, fico na dúvida se faço as perguntas e abro um diálogo com o nosso convidado, de tal maneira a podermos chegar à conclusão sobre o que eu gostaria de saber. Ele aqui tem uma dupla representação: ele fala pelo Fórum das OSS e é o presidente do Cejam. É sobre ambas as instituições que eu perguntarei.

Há uma preocupação, pois as OSs vivem à custa de dinheiro público. Elas não têm uma arrecadação própria. Originalmente, a ideia era de que elas pudessem captar recursos no mercado e agregar esses recursos ao poder público. Entretanto, elas vivem essencialmente de verbas públicas, que são utilizadas com base naquilo que foi determinado pelo Supremo Tribunal Federal - espera-se - no acórdão definido. E que deixa muito claro que, além de elas serem constitucionais, elas têm que observar os ditames da administração pública no que diz respeito à transparência, no que diz respeito à maneira como os recursos públicos são utilizados.

Então, estamos perguntando aqui se, de alguma maneira, esse Fórum das OSS acaba se transformando em um ambiente de prospecção de negócios, de busca de territórios e, portanto, de maior participação junto aos fundos públicos em âmbito estadual ou municipal, se é um fórum de articulação política em defesa do modelo, qual

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

é o tipo de relação estabelecida com os trabalhadores das OSs que não são concursados e que muitas vezes se sentem coagidos, assediados diante de situações que são criadas.

Nós temos recebidos várias denúncias de trabalhadores das OSs que, diante de qualquer discordância em relação ao modelo e ao tipo de trabalho desenvolvido em uma unidade sob gestão de organização social, recebe a seguinte resposta: “Fica quieto, que tem mais quatro ou cinco pessoas interessadas na sua vaga”.

Portanto, isso gera um ambiente de trabalho que não é salutar e que não condiz com as diretrizes do Sistema Único de Saúde. Há um ditado que diz o seguinte, que o exemplo tem que vir de cima. Se os dirigentes das organizações sociais, se o Instituto Brasileiro das Organizações Sociais, se o Fórum das Organizações Sociais em âmbito estadual não tiverem claramente colocado que o caráter suprapartidário não significa a liberdade de agir, extrapolando aquilo que a administração pública permite, nós, ainda que respeitando o caráter suprapartidário, estaremos incorrendo em erro. Por exemplo, usando verbas públicas, contratando pessoas sem que haja critérios objetivos na contratação, criando um ambiente de trabalho de assédio junto ao trabalhador e induzindo o trabalhador a apoiar esta ou aquela candidatura, desde que ela tenha afinidade com o modelo que está sendo defendido pelo Fórum das OSS.

Essa é a razão de ser da pergunta que eu fiz ao senhor.

O SR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA - Perfeitamente. Eu acho que a sua pergunta é muito pertinente e uma boa oportunidade de a gente esclarecer...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Dr. Proença, desculpe-me por interrompê-lo um pouquinho. Eu preciso dar aquela saída técnica, então vou pedir que o deputado Cezinha de Madureira assuma a Presidência dos trabalhos até que eu retorne.

O deputado Pedro Tobias - quero registrar a presença - esteve aqui acompanhando os trabalhos. Inclusive, trouxe mais uma denúncia para a gente.

Eu devolvo a palavra para o senhor. Volto já.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Cezinha de Madureira.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

* * *

O SR. PRESIDENTE - CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - O senhor pode dar prosseguimento, por gentileza.

O SR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA - Eu acho que as colocações feitas aqui pelo deputado Neder são pertinentes. Eu também estou assinando consigo várias coisas que foram colocadas.

Em primeiro lugar, nós trabalhamos com dinheiro público. Dinheiro público é um dinheiro com que nós, na verdade, através da lei, de todas as exigências legais, contribuímos e que precisa ser devidamente demonstrado. Eu queria chamar atenção: o Cejam tem um site de uma transparência completa, inclusive com as prestações de contas, com os cargos e salários, com os valores. Pedimos muito que os deputados, as autoridades de modo geral acessem e conheçam, porque ali está uma transparência que é um modelo para nós, e uma responsabilidade muito grande.

Em segundo lugar, eu queria chamar atenção para o controle social que nós adotamos nas organizações sociais, aqui de São Paulo pelo menos, as que estão no Fórum, que é através não só dos contratos de gestão, das prestações de contas, mas, principalmente, através dos conselhos gestores das unidades. Só para o senhor ter ideia, o Cejam tem um conselho gestor, que acabou, inclusive, se olhar no nosso site, de renovar a sua direção. Tive o prazer de participar da nova gestão que está começando. Nós temos conselhos gestores paritários, com exigência e participação pessoal em vários deles, inclusive na supervisão de saúde do M'Boi, onde eu sou membro conselheiro.

Eu queria chamar atenção porque nós temos que ter um controle mesmo e atender o que a população cobra. Para isso, nós mantemos o diálogo permanente. Isso nós estamos falando, e eu estou falando pelo Fórum, mas eu tenho o modelo do Cejam nesse sentido, está certo?

Agora, em termos de prestação, de defesa de área política, de forma alguma. Eu estou fazendo questão agora de convidar, eventualmente, candidatos a deputado que queiram apresentar ideias em relação ao modelo, independente de partido. Isso que eu acho que são características dos suprapartidários.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Acho uma tragédia o que o senhor está dizendo. Eu gostaria que o senhor repetisse o que o senhor está falando, porque isso é gravíssimo. Repita, por favor, o que o senhor acabou de dizer.

O SR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA - Nós estamos colocando à disposição informações às pessoas e abrindo espaço para que candidatos a deputado e candidatos a órgãos governamentais transmitam a sua opinião sobre o modelo de organização social. Por quê? Porque nós entendemos que há uma distorção nisso. E essa distorção, evidentemente, a gente pede para que eles tragam as ideias em reuniões. Evidentemente, a gente faz internas no Cejam.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Sr. Proença, é dinheiro público, ambiente público. É complicado, mas eu não vou me ater a esse aspecto; depois a CPI vai analisar, a imprensa está aqui acompanhando.

Eu tenho aqui um documento do Sindhosfil, com o seguinte:

“Dentro das suas competências estatutárias, e em prol dos seus respectivos filiados e demais entidades filantrópicas qualificadas como organizações sociais de Saúde, a entidade patronal desta entidade, Sindhosfil - São Paulo, representada pelo seu presidente, Sr. Edilson Ferreira da Silva, foi convidada a participar do Fórum das Organizações Sociais e Instituições Parceiras do Município de São Paulo no dia 14 de setembro de 2016.

Este painel, com iniciativa do Fórum, teve os seguintes temas: as organizações sociais e instituições parceiras, e o Sistema Único no município de São Paulo. O evento contou com mais de 1500 pessoas e, na oportunidade, estiveram presentes as seguintes entidades...”. E aí vem a lista das entidades. “O Sindhosfil, em nome da sua diretoria, agradece o honroso convite e a oportunidade de estar agregando novas ideias às parcerias das entidades filantrópicas no município de São Paulo.”

Quem compõe hoje o Fórum da OSS? Como se viabiliza um evento com 1500 pessoas, com essa característica, em que o Sindicato das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos foi convidado e esteve presente?

O SR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA - Eu, sinceramente, não entendi a sua preocupação. A reunião que houve foi uma reunião aberta, completamente aberta.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Em horário de trabalho? O senhor sabe dizer se foi em horário de trabalho?

O SR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA - Não entendi.

O SR. - Se foi em horário de trabalho? (Fala fora do microfone.)

A SRA. - Foi à noite. (Fala fora do microfone.)

O SR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA - Não, foi à noite. Evidentemente, não estavam presentes os plantonistas dos serviços, mas os dirigentes estavam lá. Nós tínhamos lá autoridades que estavam interessadas no assunto. Essa sua preocupação de ser em horário de trabalho, para mim, é uma preocupação inadequada.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Não, não é inadequada pelo seguinte: nós estamos tentando...

O SR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA - O fórum digital que iremos ter é através da internet, em que o sujeito vai poder olhar a qualquer momento. Se quiser olhar agora, no dia 18 de outubro, se quiser assistir em dezembro, nós vamos manter no ar...

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Sr. Proença, vocês trabalham com recursos públicos, vocês não podem fazer o que bem entendem.

O SR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA - Então é para permitir exatamente que o colaborador, o usuário, todo mundo possa ver fora do horário de trabalho.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Vocês trabalham com recursos públicos, vocês não podem fazer o que bem entendem. Leiam o acórdão do Supremo Tribunal Federal. Vocês estão extrapolando. Nós estamos recebendo denúncias de trabalhadores se sentindo coagidos e pressionados, com assédio moral. Isso vai ser devidamente questionado inclusive junto à Justiça Eleitoral.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA - Eu também acho que tem que ser, se acontece isso. Só que as organizações sociais do Fórum de São Paulo, pelo que tenho notícia, não têm nada sobre isso.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - O senhor acabou de dizer que vocês vão convidar candidatos a deputado e outros cargos.

O SR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA - O que isso tem a ver com assédio moral? Que isso! Aí eu estou me perdendo, Dr. Neder, me perdoe.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - O senhor está se perdendo? Então, vamos lá.

O SR. PRESIDENTE - CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Sr. Proença, eu acho que o senhor deve se ater a responder às perguntas do deputado, e não trazer uma discussão aqui com o deputado.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Dr. Proença, só para que o senhor entenda, nós estamos querendo entender se esse fórum - o Ibross - é um órgão de representação das OSs para debater o projeto e o modelo, incrementar, por exemplo, a legislação, como o senador Serra está apresentando no Senado sob o ângulo em que ele acredita.

Esta CPI está promovendo agora, na sexta-feira, um seminário, trazendo diferentes opiniões para analisar o marco legal no estado de São Paulo. Nós estamos observando que, nos municípios, foram aprovadas legislações que têm permitido empresas e Santas Casas se constituírem como organizações sociais de forma totalmente inconsequente.

Nós vimos aqui a Santa Casa de Bariri e o cidadão nos mostrou como eles foram procurados para serem transformados em uma OS, para receberem uma parte do movimento de recursos públicos para saldar dívidas da Santa Casa e, ao mesmo tempo, se prestarem ao papel de levar a proposta da OS para outros municípios.

Então, nós temos legislações e legislações, em âmbito federal, estadual, nos municípios, e nós temos OSs que são mais ou menos qualificadas e capacitadas a

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

cumprir o seu papel. Suponho que o Fórum das OSS esteja respondendo pelo conjunto. O Ibross selecionou um certo número de organizações sociais e fala em nome dessas organizações sociais.

Nós queremos saber se vocês estão defendendo o conjunto das OSs, inclusive aquelas que não merecem crédito e têm problemas crescentes junto ao Ministério Público, ao Poder Judiciário e ao Tribunal de Contas, ou se vocês estão selecionando aquelas que merecem crédito.

Qual é a nossa preocupação? É que o Fórum não se transforme num espaço de lobby, que o fórum não se transforme num espaço de disputa de territórios e de participação no Orçamento do Estado, que ele tenha um papel de representação e não de articulação de interesses do setor privado, lançando mão de recursos públicos. É isso que eu estou perguntando para o senhor.

O SR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA - Muito bem. Eu queria dizer que estou de pleno acordo com o senhor. São preocupações do Fórum essas que foram colocadas por Vossa Excelência. Nós temos que agir com muito rigor mesmo, porque esse modelo - da forma que está solto hoje no Brasil - é um modelo perigoso. Ele precisa ser melhor regulamentado. E é aí que está surgindo o Instituto Brasileiro de Organizações Sociais, justamente preocupado com isso.

Lá nós temos, inclusive, uma bandeira. Por exemplo: uma das ideias é que, para se dizer organização social, a entidade esteja credenciada por algum órgão competente para isso, preenchendo requisitos. Os requisitos que estão sendo colocados lá correspondem, em boa parte, ao que foi colocado por Vossa Excelência.

Por outro lado, eu queria chamar a atenção para o seguinte: a nossa preocupação é que haja um entendimento melhor e que se evite isso que aconteceu em Bariri e em outros lugares. A gente sabe que - no interior de São Paulo e, principalmente, no interior do Nordeste - estão usando este modelo, porque a prefeitura pode, num momento, pela lei, criar a organização social que quiser com a finalidade que quiser.

Então, são coisas que não podem acontecer. Agora, o que nós temos que nos restringir - queria manter a minha linha inicial - é defender as organizações sociais do município de São Paulo, aquelas que estão ligadas ao nosso Fórum, porque, evidentemente, nós temos um número grande de organizações sociais que estão surgindo até politicamente, o que não deveria estar acontecendo.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Sr. Proença, agora nós estamos dialogando de maneira correta. Nós estamos preocupados com OSs de fundo de quintal, cuja referência é terreno baldio, que tem sede na casa de quem responde por ela, e coisas do tipo.

O senhor responde por uma organização social de grande porte que cumpre um papel importante na região de Campo Limpo. Corretamente, eu sou o autor da Lei dos Conselhos Gestores da área da Saúde, em que mais de dez mil pessoas participam.

A única OS que, até este momento, tem demonstrado abertura para a fiscalização por parte dos conselhos gestores é o Cejam. As demais usam o argumento de que são entidades privadas e não estão sujeitas à legislação dos conselhos gestores. Então, estou fazendo um elogio.

Entretanto, eu vejo a preocupação do senhor de se ater a São Paulo, mas eu vou falar do Rio de Janeiro. “Organização social pagou churrascaria de luxo e jantares em boate com dinheiro da Saúde. Almoço de mais de mil reais e jantares dentro de uma boate, na Lagoa, na zona sul do Rio, foram pagos com dinheiro da Secretaria Municipal da Saúde pela organização social Centro de Estudos e Pesquisas Dr. João Amorim - Cejam”.

“A informação é revelada em um relatório do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro - a que o Extra teve acesso com exclusividade - de auditoria nas contas da OS entre abril de 2012 e março 2014, na gestão do Hospital Evandro Freire, na Ilha do Governador, da Coordenação de Emergência Regional Ilha e da CER Centro. Mesmo assim, a SMS do Rio de Janeiro renovou parte do contrato com a OS.” E segue a matéria, inclusive com comprovação.

Pergunto: é uma outra OS que, por acaso, tem o mesmo nome do Cejam, ou há participação do Cejam nessa história? É uma oportunidade para o senhor esclarecer isso.

O SR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA - Não, acho que é até interessante e importante a sua colocação, porque foi um determinado momento na história do Hospital Municipal Evandro Freire. Nós estávamos em plena construção no hospital, e a responsabilidade era do Cejam. Nós estávamos acompanhando aquilo. Recebemos a determinação, pelo contrato de gestão com a prefeitura, de solucionar o problema.

A solução do problema foi adotada com uma luta muito grande dos trabalhadores, com a participação de um pessoal muito batuta lá. Nessa ocasião, o que aconteceu?

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

Conseguiram superar o problema. Esse hospital era de uma importância muito grande para a Ilha do Governador, e a prefeitura pôde concluí-lo e inaugurá-lo. Inaugurou ainda no governo Dilma, eu estava presente na inauguração.

O que aconteceu, Dr. Neder, foi realmente uma criação, um encontro entre os trabalhadores e o pessoal que estava nessa questão. Eles resolveram comemorar essa vitória. Pretendiam derrubar aquele prédio, e a gente conseguiu salvar a estrutura, através de uma empreiteira. Houve um momento em que, realmente, o pessoal comeu no Fogo de Chão, lá no Rio de Janeiro. Nem sei qual foi o valor, mas era um grupo que trabalhava lá. Eu não pude nem participar. Era para agradecer, era uma coisa interna do Cejam.

O Cejam também tem... De vez em quando, eu marco os meus almoços com o pessoal. Então, o que aconteceu? Houve uma conversa. Não sei por que a Prefeitura do Rio de Janeiro colocou na prestação de contas, colocou lá no valor coisa que foi corrigida e que nós reembolsamos a prefeitura; nós temos comprovantes dessa despesa. Olha, foi uma coisa excepcional. É por isso que eu dei uma risada aqui, porque se repete isso que é uma coisa que aconteceu em 2002 e que, sinceramente, eu lamento muito que tenha havido esse mal-entendido. Foi um almoço particular do Cejam.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Em agosto do mesmo ano a OS pagou uma série de jantares, no plural, na Boate Katmandu Sushi.

O SR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA - Katmandu?

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Katmandu Sushi, na Lagoa. Esse riso do senhor, nós que somos médicos, ele pode significar um desprezo ou uma maneira de expressar o nervosismo.

Veja só: nós chamamos aqui - vamos ouvir na próxima semana - o Iabas. Eu, quando fui vereador, denunciei o Iabas quando ele cuidava só da saúde bucal. Aí o Iabas foi para o Rio de Janeiro, levou a sua expertise para o Rio de Janeiro e se transformou numa OS que cuida de outras áreas que não a saúde bucal. Hoje, o presidente do Iabas está preso no Rio de Janeiro. Tanto é assim que nós não podemos chamar o presidente do Iabas porque ele está preso. E nós vamos ouvir aqui outra pessoa, que é a Dra. Glória, falando pelo Iabas. Em que pese isso, ele ocupa, hoje, uma responsabilidade na

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

região do Jaçanã/Tremembé, na prefeitura de São Paulo. Inclusive, na gestão do meu partido.

Então, não estamos aqui discutindo a questão partidária. Estamos aqui discutindo a questão da lisura do dinheiro público, impostos, contribuições sociais e não cabe essa risada. Não foi um único evento. Foram vários jantares numa boate.

E o senhor, como médico, como diretor do Cejam, tem que dar o exemplo no sentido de exigir coisa que, inclusive, o município de São Paulo e o estado de São Paulo deveriam estar fazendo, que é exigir o ressarcimento dos gastos feito indevidamente aos cofres públicos. Nesse sentido, o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Rio de Janeiro têm sido muito mais firmes e criteriosos na relação com as OSs do que nós temos observado aqui em São Paulo.

Para o senhor ter uma ideia, na conversa que eu tive ontem com o conselheiro Maurício Faria, ele me informou que ele, como relator da Saúde no Tribunal de Contas do município, apresentou relatório de várias OSs, pediu que se sustassem os pagamentos para as OSs enquanto elas não explicassem os ilícitos e que elas fossem instadas a devolver o que receberam indevidamente, para os cofres públicos. Sabe qual foi a decisão da maioria dos conselheiros do Tribunal de Contas do município? Não há que se falar em parar o pagamento e tampouco de pedir o ressarcimento.

Então, nós vamos exigir do Tribunal de Contas do Estado, que é um órgão de auxílio do Parlamento estadual, nós vamos exigir da prefeitura de São Paulo que tenha a mesma maneira criteriosa que está se observando no Rio de Janeiro, em que dirigentes de OSs estão presos neste momento, como é o caso que eu citei aqui do Iabas. Então, não é razão para sorriso. Nós estamos falando de coisa de dinheiro do povo.

O SR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA - O sorriso foi em relação ao primeiro item que o senhor colocou.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Fui eu que coloquei isso aqui. É uma matéria da imprensa e esta CPI vai requisitar, no Tribunal de Contas do Rio de Janeiro e no Ministério Público, quantas e quais são as OSs...

O SR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA - Já foram. Dá licença. Eu queria responder primeiro a sua questão.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Pode responder com base no que está aqui a denúncia.

O SR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA - Bom, o senhor tem interesse que eu responda verbalmente ou não?

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - O senhor deve responder.

O SR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA - Então, deixe-me falar. Eu queria lhe dizer o seguinte: essa história de boate foi uma brincadeira. Na verdade, nós tínhamos que nos hospedar no Rio de Janeiro em hotel, e esse local, onde nós nos hospedamos, não servia alimentação, Dr. Neder. Então, o que aconteceu? Um bar que funciona à noite como boate, durante o dia serviria marmitas de comida para os funcionários que estavam no fim de semana lá. Apenas isso. Apenas a nota fiscal que vinha era de um bar que tinha também uma boate à noite.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Jantares, Dr. Fernando. Jantares. Aqui não estão falando que é almoço.

O SR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA - Agora, se o senhor verificar aí... o senhor pode deixar eu completar?

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Nós estamos falando de jantares.

O SR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA - O senhor pode me deixar completar?

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Ou o senhor fala a verdade aqui, ou então não tem condição. Nós estamos falando aqui de jantares; o senhor vem me falar de almoço?

O SR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA - Eu estou lhe falando que se era jantar era marmita para o pessoal comer, que estava no hotel que eu não lembro mais o nome, ali em Copacabana. E eles estavam lá justamente por um período de

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

trabalho. Eu quero até que o Ademir, que viveu detalhes disso, possa dar mais esclarecimentos.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Sr. Presidente, eu quero...

O SR. PRESIDENTE - CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Só um minutinho, deputado Neder. Sr. Proença, eu gostaria que o senhor se acalmasse, e não repetisse o que o senhor acabou de fazer aqui. O senhor use o microfone para falar, mas não fique nervoso aqui não.

O SR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA - O que eu não posso é ser interrompido no meio do que eu estou falando.

O SR. PRESIDENTE - CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Não, não. Não. O deputado tem a liberdade de fazer o que ele quiser nesta CPI, e o senhor está aqui para ser ouvido e responder às perguntas. Então, por gentileza, não despreze esta Casa. O senhor tem que responder só o que lhe é perguntado. Por favor, pela ordem, deputado Neder.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Três últimas questões bem rápidas. O Dr. Melo, que foi assessor parlamentar desde a época do secretário Barradas, amigo nosso, infelizmente já falecido, ele trabalhou no Cejam, antes de ir para a Secretaria de Estado da Saúde. Qual era a função do Dr. Melo no Cejam, se foi o Cejam que o indicou para compor o gabinete do secretário e ele permaneceu por vários anos e se eventualmente foi uma sugestão do senhor?

O SR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA - Não, eu queria esclarecer que o advogado Melo, na verdade, foi funcionário do Cejam mesmo logo no começo da sua vida e depois ele desligou. Ele se ligou mais à área da secretaria. Ele foi assessor da área jurídica lá por vários secretários sem indicação nossa; não, de forma alguma. O que ele teve foi um relacionamento, mais nada, comum, mas nada de especial, nada de compromissos com ele e indicações nossas lá. Até pelo contrário. Em consultas que foram feitas num certo momento, nós deixamos claro que não tínhamos compromisso nenhum com esse advogado, apesar de ser uma pessoa amiga, conhecida.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - A segunda questão das três é sobre a participação do Cejam no Hospital do Servidor Público Municipal. Gostaria de saber o que está sendo previsto, o que está em andamento e qual é o tipo de entendimento que há sobre a participação do Cejam no Hospital do Servidor Público Municipal.

O SR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA - Ah, meus Deus! Sabe que acho que é uma das minhas grandes tristezas aqui, porque aquele hospital é um hospital que surgiu do trabalhador. Foram os trabalhadores da limpeza pública que se cotejavam na década de 30, ainda, para ajudar os companheiros doentes. E naquela época, meu pai, que era dirigente da prefeitura, convenceu o prefeito, acho que o Pires do Rio, de que precisava ter um serviço municipal para o trabalhador. E isso se concretizou através do tempo. E essa concretização foi uma beleza.

Só que, em determinados momentos, por questões políticas, criaram um posto de Pronto Socorro na porta daquele hospital para atender à população. Esse Pronto Socorro passou a ser, praticamente, o colocador de pacientes no hospital, fazendo com que boa parte dos pacientes que estão lá não seja nem funcionários, nem aposentados e nem parentes de funcionários.

Isso é uma tristeza que eu tenho. Eu tentei com o Setubal, quando eu fui secretário, para fazer uma coisa separada; não consegui. Tentei com o Jânio Quadros, para que ele fizesse isso quando eu fui secretário, mas não consegui. Tentei várias vezes uma oportunidade de fazer alguma coisa nesse sentido.

Então, até apelaria que isso fosse recuperado, porque o Hospital do Servidor Público Municipal só tem o nome quase que de servidor municipal, pois o que está lá dentro é o Sistema Único de Saúde, normalmente.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Dr. Proença...

O SR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA - Agora, dá licença, agora eu vou entrar...

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Dr. Proença, desculpa, esse preâmbulo eu conheço, nós fomos secretários, conhecemos a história do hospital. Quero saber sobre o oitavo andar do Hospital do Servidor Público Municipal.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

O SR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA - Não, eu não tenho oitavo andar lá. O que eu tenho é também um trabalho muito bonito nas Unidades de Maternidade da Secretaria, sabe? Nós temos um chamado “Parto Seguro”, Dr. Neder, que é dirigido por uma enfermeira e que estão com um trabalho muito bom para melhorar a qualidade da atenção à mulher na hora do parto.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA - Dá licença, um dos serviços que nós temos...

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Eu gostaria... o senhor não responde o que eu estou perguntando. Eu estou perguntando e o senhor deriva para outro aspecto.

O SR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA - Mas eu tenho que explicar: são nove serviços, entre eles o Hospital do Servidor Público Municipal, onde nós oferecemos colocação de funcionários devidamente selecionados para melhorar a qualidade de atenção, mas respeitando a direção do hospital.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Sr. Presidente, eu peço cópia do contrato firmado com a Secretaria Municipal de Saúde, em 72 horas, cópia dos contratos firmados que envolvem, não Campo Limpo, o Hospital do Servidor Público Municipal. É necessário que nós conheçamos em que termos está se dando a participação do Cejam dentro do Hospital do Servidor Público Municipal.

O SR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA - O contrato, Dr. Neder, é um contrato que nós temos com a Autarquia Municipal Hospitalar. Esse contrato é um convênio, na verdade, que nós estamos mantendo a pedido da Secretaria e que agora está ligado, inclusive, à organização social. E esse contrato inclui o Hospital do Servidor. Então, talvez eu pudesse fazer o encaminhamento do conjunto até, que é interesse o senhor conhecer, e ao mesmo tempo, oferecer uma oportunidade - aliás, no fórum digital nós vamos ter isso - contando para a população o que nós estamos conseguindo, diminuindo cesárea, diminuindo episiotomia, melhorando a qualidade da

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

assistência neonatal, através de um apoio às outras empresas. Olha, o superintendente lá usa o que nós oferecemos; e ele é quem manda. Ele que é o grande gestor local, entendeu? Isso é a linha geral que nós mantemos.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Sr. Presidente, nós precisamos conhecer os termos do acordo - acordo é um termo genérico - pode ser convênio, pode ser contrato, pode ser contrato de gestão. Na ciência jurídica acordo vai além da figura do convênio: pode ser contrato ou contrato de gestão. Então saber qual é o instrumento jurídico que permitiu a presença do Cejam dentro do Hospital do Servidor Estadual. Eu tenho, em minhas mãos, um documento do Conselho Gestor do Hospital do Servidor Público Municipal, que o senhor enalteceu, dizendo que é um órgão importante, dizendo que não foi consultado e há uma discordância por parte do conselho gestor da maneira como o Cejam chegou ao Hospital do Servidor Público Municipal. Então, nós não vamos nos estender nesse assunto, Sr. Presidente. Uma cópia do contrato e respectivos termos aditivos...

O SR. PRESIDENTE - CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Peço à comissão que faça essas anotações, e posteriormente fica com as instruções...

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - E uma última questão. Dr. Proença, nós temos a preocupação de aprimorar a legislação em âmbito estadual e municipal. Diferentemente do que acontece no Estado, a legislação municipal permite que duas organizações sociais se associem para atender aos requisitos da lei. Se uma delas não atende ao requisito, somada a uma segunda, ela pode vir a atender ao requisito da lei. Eu desconheço qualquer outra legislação de OS no Brasil que tenha esse dispositivo. O que eu quero perguntar para o senhor é de quem partiu a solicitação de que na lei municipal constasse esse artigo, permitindo que duas OSs se associem para juntas poderem atender aos requisitos da lei.

O SR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA - Eu queria dizer o seguinte: o Hospital Municipal do M'Boi, na verdade, é dirigido, veja, tem um contrato de gestão com o Cejam. E esse contrato de gestão com o Cejam, por um acordo com a própria Secretaria Municipal de Saúde, baseado em uma lei municipal que durou muito pouco

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

tempo, Dr. Neder, em que houve a possibilidade de a gente fazer uma espécie de um acordo de cooperação com o Hospital Albert Einstein. Talvez, se o senhor me permitir, o nosso CEO, o Ademir, que foi quem participou mais diretamente disso, possa até esclarecer um pouquinho mais a forma como a gente adotou, com resultados extraordinários no melhor hospital público, hoje, do Brasil.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Observe que eu fiz uma pergunta bem objetiva. Nós estamos mexendo com marco legal em âmbito estadual, 98, em âmbito municipal, 2006. Chamou-nos a atenção a possibilidade de duas entidades privadas se associarem para atender aos requisitos da lei, dado que uma, separadamente, não conseguiria atender. E a pergunta é: de quem partiu essa demanda para que isso constasse na legislação municipal?

O SR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA - Eu não sei. Foi o prefeito, na época. Quem foi, na época, é que soltou esse projeto de lei e que deu a oportunidade para nós.

Por quê? Nós tínhamos muito interesse em nos ligar ao Einstein. E o Einstein não era organização social. O Cejam era. Então, o Cejam entrou no contrato, na concorrência, ganhou e fez esse acordo com o Einstein, porque a lei permitia. E que se mantém até hoje, porque nós não terminamos.

Nós estamos lá e vale a pena conhecer, hoje, a qualidade que a gente está oferecendo para aquela população. Um hospital que tem um conselho gestor muito ativo e que tem, realmente, ajudado muito em controlar uma qualidade que hoje é ONA 3, um exemplo, realmente, excepcional para um hospital público.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Dr. Proença, que sugestões, eu encerro aqui, o senhor faria para nós aprimorarmos a legislação em âmbito municipal, dado que até o momento os contratos do Cejam são com o município de São Paulo?

O SR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA - Eu acho que, inclusive, merece ser analisado, estudado, discutido, e que seja respeitado nas mudanças de administração. O que a gente tem percebido, Dr. Neder, que há momentos que a gente consegue acertar determinadas regulamentações, só que na hora que muda uma administração e entra outra, a conversa fica diferente. E essa desigualdade atrapalha

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

muito. Apesar de, sob certo aspecto, eu dizia o seguinte, que as organizações sociais dão uma condição de continuidade, desde que seja respeitado o que está sendo feito. Então, a gente tem conseguido manter, com partidos diferentes, linhas diferentes dos mesmos dirigentes, às vezes dos mesmos partidos, em outras administrações, a gente dá certa sequência no trabalho, principalmente na região lá onde nós estamos com responsabilidade de gestão, que é do M'Boi, é do Capão Redondo.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Vamos supor que os órgãos de conta resolvam que os gastos das OSs com pessoal devam incidir com os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O senhor deve ter ouvido aqui, no início da nossa reunião, que os órgãos de conta estão chegando à conclusão de que é necessário que o gasto com as OSs e em pessoal sejam computados na Lei de Responsabilidade Fiscal. Como é que o senhor vê isso?

O SR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA - Nós temos um instituto de responsabilidade social e tudo o que entra de recurso, que poderia ser de lucro, é aplicado na área social. É um trabalho muito bom, muito bonito, principalmente na área de sustentabilidade. Então, esse trabalho, nós estamos desenvolvendo, eu acho que tem que ser mais regulamentado, porque não é uma conduta generalizada entre as organizações sociais.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Acho que o senhor não entendeu. É assim: um dos atrativos do modelo das OSs foi poder gastar com pessoal sem se ater ao limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Entretanto, esse atrativo pode deixar de existir, porque os órgãos de contas, em âmbito federal, em âmbito dos estados e municípios, vêm considerando que os gastos com pessoal das OSs vêm crescendo de tal maneira, e aqui nós não estamos entrando no mérito se é quantitativo, em termos de funcionários, ou se é o que se paga para os trabalhadores acima de valores de mercado, que eles estão analisando a possibilidade de obrigar que os gastos das OSs com pessoal incidam no limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o que tiraria das OSs um dos atrativos que tem sido utilizado como argumento para lançar mão desse modelo.

O SR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA - Nós, na verdade, entendemos que realmente não podemos pagar o que dá vontade de pagar. Nós temos

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

que usar ou pagar de acordo com o mercado. O que há de diferente entre o salário público e o salário das organizações sociais é que nós trabalhamos com oferta de mercado, respeitando a linha de mercado. Essa é uma grande preocupação. Agora, misturar uma coisa com responsabilidade social, é meio confuso. Eu sei que algumas prefeituras usam esse artifício para poder diminuir suas despesas.

O SR. PRESIDENTE - CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Registrar a presença aqui do nobre deputado, grande amigo, Tripoli.

Mais alguma pergunta, Dr. Neder, deputado Neder?

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Não. Eu agradeço, acho que é o suficiente.

O SR. PRESIDENTE - CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Eu quero passar às mãos do senhor, Dr. Proença. O senhor está aqui na condição de convocado, o senhor precisa, de próprio punho, escrever esse termo aqui, que tudo o que o senhor disse aqui é verdade. Se quiser passar aos companheiros do senhor, não sei se são advogados, para ler, mas firmando aqui como compromisso que tudo o que o senhor falou nessa CPI é verdade.

Seu nome?

O SR. ADEMIR MEDINA - Ademir.

O SR. PRESIDENTE - CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Ademir. Qual sua função?

O SR. ADEMIR MEDINA - Sou CEO do Cejam.

O SR. PRESIDENTE - CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Ok.

O SR. ADEMIR MEDINA - Meu nome é Ademir Medina. Conheço já o Carlos Neder pelas batalhas, as lutas no território. Ele também nos conhece devido a esse garrido que nós somos, cada um puxando aí para que tenhamos um SUS bem

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

fortalecido. Fui também do Conselho Municipal de Saúde. Fui conselheiro. Sou conselheiro lá também na região.

Você fez uma pergunta, Neder, permita-me. Até essa questão do Rio de Janeiro foi tão explorada politicamente, explorada de uma maneira, vamos dizer, até covarde, viu? Porque o Dr. Proença bem explicou. Dado o empreendimento que tinha lá desse hospital, uma série de problemas, no final de tudo fomos almoçar, um grupo de pessoas foi almoçar na churrascaria e, inadvertidamente, a pessoa colocou a nota fiscal na prestação de contas.

Não era para ocorrer isso. Não era. Digo isso com muita tranquilidade. E aí nós corrigimos isso daí, até por conta disso que você acabou de dizer. “Poxa, mas churrascaria? Como é que pode?” Acho que foram 1.200 reais. Mas não importa o valor. Nós corrigimos, restituímos o órgão público pelo valor e parece-me que a coisa já havia sanado. Você é que trouxe à baila agora.

E a segunda é a questão da boate que você falou, que na realidade, quando nós inauguramos o hospital não havia restaurante, não havia alguém que fornecesse alimentação. E foi pego de um bar, que não era uma boate. E aí a nota fiscal culminou em ser desse estabelecimento. Tanto é verdade que, se você me permite, vou te encaminhar os documentos que nós mandamos para o Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, mandamos para a Secretaria, e assim por diante. Então, vendo isso isoladamente, parece um escândalo. Não foi um escândalo. Foi uma grande necessidade.

O SR. PRESIDENTE - CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Acho que foi até o caso que houve uma absolvição, não é?

O SR. ADEMIR MEDINA - É, exato.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Só um esclarecimento. Eu solicitei ontem como...

O SR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA - Neder, nós fomos absolvidos pelo Tribunal de Contas do Rio de Janeiro.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - O sub-relator da Capital, eu solicitei ontem ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo, primeiro, quais são os

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)

contratos de gestão firmados com o município de São Paulo. Segundo: quais são os valores envolvidos nos contratos de todas as organizações sociais do município de São Paulo. Terceiro: qual é o escopo de cada um desses contratos firmados com o município de São Paulo. Quarto: obter informações junto ao Tribunal de Contas do Rio de Janeiro e o ao Ministério Público do Rio de Janeiro de todas as denúncias que envolvam o Iabas e outras organizações sociais que atuam no município de São Paulo. Quinto: quais são as sugestões feitas pelo Tribunal de Contas do Município para nós não permitirmos que esse tipo de situação se repita.

O SR. PRESIDENTE - CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Não havendo mais nada a tratar, está encerrada esta reunião.

Muito obrigado a todos.

* * *